Tocando na Cicatriz: Pontos de Vista e Enquadramento Sobre o Rompimento da Barragem de Bento Rodrigues[1]

Marco Túlio Pena CÂMARA[2]
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG

Resumo

O rompimento da barragem da empresa Samarco (Vale/BHP), em 05/11/2015 causou a destruição do Rio Doce e do subdistrito de Bento Rodrigues, pertencente à Mariana. Este artigo busca investigar as características da cobertura midiática de dois veículos impressos mineiros: *O Tempo* e *Curinga* (produto laboratorial da UFOP) em cadernos especiais sobre a tragédia. A análise toma como base a definição e distinção de mídia hegemônica e contra-hegemônica, a partir dos estudos de Ramonet (2013); gestão de pontos de vista, trabalhado por Rabatel (2013) e Koch e Cortez (2015); a noção de enquadramento, presente em Charaudeau (2015). Notou-se a diferença de cobertura entre os veículos, pela proximidade física do fato e linha editorial de conduzir a narrativa, evidenciados pelos termos e enquadramentos utilizados, firmando-se como porta-vozes das histórias envolvidas na tragédia.

Palavras-chave: Discurso Midiático; Jornalismo Impresso; Mídia Hegemônica; Mídia contra-hegemônica; Pontos de Vista.

Introdução

O rompimento da barragem de Fundão da empresa Samarco (Vale/BHP), em 05/11/2015, causou a destruição de Bento Rodrigues, subdistrito pertencente à cidade de Mariana, e é considerado, pela sua extensão e danos causados, o maior desastre socioambiental do Brasil, matando animais, rios, vegetação e, principalmente, histórias. A lama de rejeitos da barragem rapidamente chegou ao Rio Doce e seguiu o curso até chegar ao mar, no Espírito Santo. Os impactos dessa tragédia são sentidos até hoje. Histórias que foram soterradas, vidas que foram perdidas, comunidade que não foi refeita, esperança que ainda persiste latente.

Dada a importância do registro de tamanha tragédia, veículos midiáticos locais, estaduais e nacionais voltaram sua atenção, pautas e equipes à Mariana. Narrar um fato

[1] Trabalho apresentado no GP Jornalismo Impresso do XVII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

[2] Mestrando em Estudos de Linguagens do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), email: marcotuliocamara@gmail.com.

novo, com causas ainda desconhecidas e com abrangência que supera os limites territoriais estaduais, foi um desafio. Cobertura jornalística intensa, registrando o caminho destruidor que a lama percorreu e histórias que foram apagadas por ela. Diferentes veículos com diferentes posicionamentos focalizavam as consequências da tragédia, seguindo cada um a sua linha editorial.

Charaudeau (2015) postula a importância do relato testemunhal, do discurso de depoimento, descrição e "designação identificadora" na construção da notícia a fim de gerar efeito de credibilidade (e veracidade) na reportagem. Além desses elementos, as reflexões do supracitado autor sobre o discurso midiático levam-nos a considerar a importância do papel do jornalista, incluindo-se no registro histórico do acontecimento.

Dessa forma, o presente trabalho busca investigar a diferença entre a cobertura de dois veículos impressos mineiros: *O Tempo* e *Curinga* (revista laboratório do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto). Para isso, pretende-se analisar o enquadramento dado por cada veículo, a partir das fontes utilizadas, estrutura e construção da narrativa. Busca-se, ainda, refletir sobre as escolhas lexicais destinadas à construção do fato e sobre a forma como elas podem sinalizar posicionamentos e construção de pontos de vista. O objetivo é identificar semelhanças e, principalmente, diferenças, para verificar se houve disparidades na cobertura entre os veículos.

Fundamentação teórica

O pano de fundo teórico deste trabalho[3] se baseia em quatro questões principais: a definição e classificação de mídia hegemônica e contra-hegemônica; a gestão de pontos de vista; a noção de enquadramento de notícias; e os estudos de discurso midiático de Charaudeau.

Baseado nos estudos de Gramsci, Mazetti (2008) faz um panorama teórico, principalmente na América Latina, acerca dos estudos da cultura da comunicação, no que tange ao questionamento do poder, refletindo, assim, sobre a perspectiva contra-hegemônica, a partir de reflexões de estudiosos do tema. Historicamente, a mídia servia (ou ainda serve?) de instrumento para o poder/pensamento dominante, a favor da construção e consolidação do discurso hegemônico, já que "os instrumentos de comunicação estavam sendo interpretados como veículos exclusivos de reprodução das

[3] O presente artigo é ponto inicial da pesquisa de mestrado, ainda em andamento, que busca analisar a cobertura jornalística de quatro veículos: O Tempo, Estado de Minas, Curinga e Lampião (produto laboratorial da UFOP).

ideologias dominantes na sociedade, enquanto as iniciativas comunicacionais das classes subalternas eram menosprezadas" (MAZETTI, 2008, p. 260), marcando a falta e a necessidade de criação de uma mídia que questionasse tais representações e fosse contra a hegemonia tradicionalmente retratada. O domínio, então, não se dá somente no campo econômico, mas também no cultural e ideológico, por meio da "disseminação de valores e de convicções em acordo com a ideologia dirigente" (*op cit.*).

A dependência dos meios de comunicação a poderes político-econômicos tem sido alvo de estudos e de crítica à forma com que essa relação se dá e interfere no produto midiático. Um desses estudos, por exemplo, o de Ramonet (2013), critica o modo de fazer jornalismo na atualidade, com os interesses econômicos das empresas midiáticas, baseado na ideia de que as empresas de mídia sofrem grande influência e dependência dos poderes político-econômicos. "Eles são cada vez menos independentes do poder político, mas, sobretudo, do poder econômico. Os meios de comunicação entraram em crise e tiveram problemas em termos de benefícios e rentabilidade" (RAMONET, 2013, p. 61). Assim, se levanta a seguinte questão: "eles defendem os interesses dos cidadãos ou dos grupos proprietários?". Essa pergunta se torna legítima, pois "a maioria dos meios de comunicação pertencem a grupos que têm uma atividade econômica relevante" (RAMONET, 2013, p. 62).

É nesse sentido de contraponto entre a comunicação hegemônica e contra-hegemônica, que outro autor, Moraes (2013) direciona seus estudos. O autor postula que a difusão de "conteúdos de contestação às formas de dominação impostas por classes e instituições hegemônicas" (MORAES, 2013, p. 103) é o sentido contra-hegemônico que as agências alternativas buscam. De maneira sucinta, então, o autor resume a crucial diferença entre a mídia hegemônica e a contra-hegemônica, fundamental para nosso estudo e que usamos como critério de análise e definição:

> (a mídia hegemônica) privilegia agendas convenientes aos países desenvolvidos, aos agentes econômicos globais e às elites hegemônicas. Decide que acontecimentos devem ser relatados e conhecidos, funcionando, muitas vezes, como canais universalizadores de valores e mentalidades que reproduzem o *status quo*, ao mesmo tempo em que neutralizam questionamentos e silenciam antagonismos, adotando um modelo tecnoprodutivo que garanta máxima velocidade ao fluxo informativo e padronização do produto final. No lado oposto, as agências alternativas inserem-se entre os segmentos da sociedade civil que reclamam um sistema de comunicação pluralista, opondo-se à centralização das informações em torno de um número reduzido de corporações (MORAES, 2013, p. 108).

Dessa maneira, o autor questiona os modos de produção das mídias inscritas nessa dicotomia, além de pôr em xeque a ética desses veículos que mantêm relações diretas e de interesses com o poder político-econômico. Assim, as ações contra-hegemônicas surgem como uma maneira de "superar as condições de marginalização e exclusão impostas a amplos estratos sociais pelo modo de produção capitalista" (MORAES, 2013, p. 106). Dessa forma, contrariando a lógica de modo de produção e comercialização da informação, acreditamos que a classificação do produto laboratorial em análise neste artigo (*Curinga,* vinculada à UFOP) como mídia contra-hegemônica seja válida, já que "projetos jornalísticos alternativos no plano da contra-hegemonia rejeitam a mercantilização da informação e valorizam a 'crítica sempre inquietantemente reveladora, em busca de liberdade, esclarecimento'" (*op cit*.).

O autor considera a hegemonia e a contra-hegemonia dentro de contextos histórico-sociais. Ele afirma que momentos como esse não são homogêneos, já que são atravessados "por tensões e focos de resistência" (*op cit.*). Considerando o rompimento da barragem de Bento Rodrigues como um "momento histórico-social" ao qual o autor se refere, a classificação e distinção dos nossos veículos em análise entre mídia hegemônica e contra-hegemônica corrobora com a postulação de Moraes (2013).

Assim, inseridas nesse contexto socioeconômico, nos é interessante também compreender como as mídias agenciam as deliberações e realizam o tratamento e apresentação das fontes por meio de palavras, espaços e interesses. Para tanto, tomamos como base dois autores para teorizar a gestão dos pontos de vista a partir das fontes utilizadas: Maia (2008), que trabalha diretamente a relação entre a mídia e a deliberação; e Rabatel (2013), com o conceito relacionado ao enunciador e sua relação com o locutor, conforme trataremos a seguir.

Em seus estudos, Maia (2008) apresenta cinco indicadores da deliberação mediada[4]. No entanto, dois deles parecem-nos mais adequados para nosso trabalho, a saber: i) acessibilidade, para saber quem ganha acesso aos canais de mídia, sendo objeto das narrativas jornalísticas, que aponta o grau de inclusividade dos diferentes atores no debate midiático; ii) identificação e caracterização dos interlocutores, para saber como se dá a identificação destes atores, com papeis institucionalmente definidos.

[4]Os outros indicadores são: iii) utilização de argumentos, que utiliza a razão, em um aspecto mais crítico-racional; iv) reciprocidade e responsividade, com possibilidade de diálogo/debate, a partir da interação; v) reflexividade e revisibilidade de opiniões, com a possibilidade de mudança de opinião a partir dos argumentos apresentados, em um processo de aprendizagem.

Maia (2008) exemplifica a narrativa jornalística, com discursos relatados diretos e indiretos, indicando apoio (ou aversão) ao que está sendo retratado. A autora sinaliza que "enquanto algumas vozes ganham proeminência, outras são marginalizadas nas narrativas midiáticas" (MAIA, 2008, p. 107). Tal gestão de vozes é ponto crucial em nosso estudo, visto que os veículos estudados, a partir dessas reflexões teóricas, reafirmam seu posicionamento a partir do protagonismo de determinadas fontes em detrimento de outras.

O posicionamento do veículo pode ser observado, também, pela escolha das palavras utilizadas na narrativa construída. Mais que recursos coesivos, os léxicos referenciais denotam pontos de vista. Assim, a escolha lexical não pode ser entendida como um mero "sorteio" em uma lista de itens, mas como determinante na tomada de posição a partir do enquadramento escolhido. Dessa forma, palavras com papeis anafóricos denotam ponto de vista e a subjetividade do sujeito produtor do discurso. O léxico, então, ocupa uma posição variável, flexível, abandonando o aspecto unidirecional e estável, firmando-se como posições enunciativas.

> as formas nominais referenciais, como estratégias de referenciação, desempenham papel importante para a construção do ponto de vista, porque sua seleção lexical aponta para uma instância discursiva ou centro de perspectiva – o narrador/personagem – a partir do qual o fato é apreendido e os objetos de discurso apresentados (KOCH e CORTEZ, 2015, p. 34)

Em um trabalho anterior, Koch (2005) já defendia a roteirização dessa construção do ponto de vista do leitor a partir da escolha lexical e caminhos indicados pelo jornalista na reportagem. Mesmo levando em consideração a mudança do papel do receptor e de como ele absorve a mensagem, essa premissa nos é importante para compreender o papel ideológico da reportagem e das seleções que são feitas e utilizadas no decorrer do texto.

Essa gestão de vozes e o discurso midiático estão inscritos em uma cena de enunciação, considerando a presença do enunciador/locutor no discurso que representa. Dessa forma, baseado em Benveniste (1970), Rabatel (2013) considera que a referência pela exterioridade carrega duas características complementares que marcam a construção do sujeito enunciante: (i) o sujeito integrado à referência, que reflete o ponto de vista a partir do modo de apresentação dos referentes dos objetos do discurso; e (ii) os pronomes refletem seu próprio emprego, refletindo o ponto de vista a partir da

inscrição do sujeito em seu discurso. Assim, "a referenciação dos objetos do discurso está articulada com a maneira como o locutor/enunciador se posiciona em seu discurso" (RABATEL, 2013, p. 25), como acrescenta:

> O locutor, responsável pelo enunciado, faz existir, através deste, enunciadores cujos pontos de vista e atitudes ele organiza. E sua própria posição pode se manifestar seja porque ele assimila a um ou outro desses enunciadores, tomando-o como representante, seja simplesmente porque ele escolheu fazê-los aparecer e sua aparição é significativa, mesmo se ele não se assimilia a eles (DUCROT, 1984, p. 205 *apud* RABATEL, 2013, p. 32)

Dessa maneira, o autor defende que o ponto de vista pode ser expresso de forma direta, ou indireta, por meio de itens lexicais selecionados, atribuindo maior responsabilidade ao enunciador e como o locutor incorpora os referidos enunciadores no texto. Koch e Cortez (2015) concordam com o autor ao afirmarem que "a análise das formas nominais possibilita investigar as relações entre locutor e enunciador no discurso, o que caracteriza fundamentalmente a expressão do ponto de vista" (KOCH e CORTEZ, 2015, p. 37).

Tais definições e abordagens também encontram espaço, e fazem reverberações, na noção de enquadramento. É por meio de seu estudo que buscamos compreender como a mídia aborda os temas propostos com base na análise do conteúdo político dela, aprofundando as esferas da produção e da recepção, inseridas no contrato de comunicação[5]. O primeiro paradigma a ser quebrado nessa situação é a imparcialidade midiática. Considerar a mídia apenas como "fonte de informação", passada de forma objetiva, é ignorar o papel do sujeito na instância da produção, que carrega valores e opiniões que perpassam na produção daquele conteúdo, agregando pontos de vista e subjetividade na informação. Assim, Charaudeau (2015) pondera que "a instância midiática institui-se num 'meganarrador' compósito" (p. 157), levando em consideração a fonte, o repórter e o veículo, determinando a encenação a ser retratada.

No campo da Comunicação, os enquadramentos determinam a produção de notícias, que definem e constroem a realidade a partir de determinada visão. Assim, as notícias "são um recurso social cuja construção limita um entendimento analítico da vida contemporânea" (TUCHMAN, 1978, p. 215 *apud* PORTO, 2004, p. 79). Nesse

[5] Charaudeau (2015) explica como ocorre o contrato de comunicação social sob a ótica discursiva a partir das duas instâncias presentes nele, o produtor e o receptor, partindo do pressuposto de que "todo discurso depende das condições específicas da situação de troca na qual ele surge" (p. 67).

contexto, o enquadramento, entendido como uma "ideia central organizadora", é um modo de organizar o discurso através de práticas específicas, construindo uma determinada interpretação dos fatos.

É nesse sentido que Charaudaeau (2015) afirma que a notícia opera com um real construído, a partir do filtro de um ponto de vista. Ou seja, não é o retrato puro e bruto do acontecido, mas sim um recorte a partir da visão e interpretação do fato. Dessa maneira, o ponto de vista pode ser expresso de diversas formas, desde a escolha de uma foto representativa até o posicionamento mais declarado. Assim também trabalha Cortez (2013), com os postulados da análise enunciativa dos textos midiáticos, a partir do conceito de gestão de pontos de vista de Rabatel. A autora defende que "o ponto de vista resulta do agenciamento de perspectivas que se manifestam no texto por procedimentos variados" (CORTEZ, 2013, p. 298).

> O ponto de vista do outro é identificado não apenas pelo dizer assumido, mas também através do dizer e de percepções atribuídas pelo produtor do texto a outros enunciadores. Através de um mecanismo textual-discursivo, o locutor apreende e apresenta os objetos de discurso para fazer valer seu ponto de vista em meio ao ponto de vista de outros enunciadores (CORTEZ, 2013, p. 294)

Dessa forma, a autora conclui que a representação desses pontos de vista tem finalidade argumentativa, já que o diálogo entre tais vozes "se estabelece a partir de saberes, percepções, comportamentos e atitudes, que identificam um ou mais enunciadores" (p. 309). Portanto, é fundamental sabermos quem está sendo representado e quais as fontes usadas para a realização dessa representação. Para tanto, retomamos as ideias de Charaudeau (2015), no que tange à escolha das fontes utilizadas. O autor acredita que tais preferências são partes da orientação do ponto de vista e determinantes no enquadramento dado.

É nesse sentido de enquadramento e orientação ao que se busca assimilar o que Emediato (2013) trabalha. Para ele, o sentido de um enunciado, então, passa a ser os encadeamentos discursivos que ele evoca, não a informação que ele traz. Ou seja, a produção de sentido é provocada a partir dos efeitos esperados a partir dessas escolhas e dos enquadramentos utilizados, incitando o leitor a seguir o ponto de vista defendido pelo veículo, de forma implícita no corpo da matéria, se identificando com o público.

Partindo dos conceitos de mídia hegemônica e contra-hegemônica, a gestão dos pontos de vista, e o enquadramento de notícias, que se dá a partir desses itens já

trabalhados, chegamos ao estudo do discurso midático em si, principalmente no que tange à produção e redação de notícias, principal corpo de análise deste trabalho. Aqui, consideraremos sua definição a partir dos conceitos de Charaudeau (2015). De forma resumida, para o autor, a notícia é o conjunto de informações que se relaciona a um mesmo espaço temático, com caráter de novidade, proveniente de uma determinada fonte, podendo ser diversamente tratado. A localidade depende, também, da forma de tratamento da notícia.

> As mídias estão presas a esses dois imaginários que determinam dois tipos de público: aqueles que se apegam à aldeia (a imprensa regional, com a caça, a pesca, a política local, os *fait divers* que envolvem as pessoas do local) e aqueles que sonham com o planeta (a imprensa nacional, com a política interna e externa, os esportes, os acontecimentos sociais) (CHARAUDEAU, 2015, p. 137)

Por outro lado, considerando, essas definições de Charaudeau, neste trabalho, pensamos que a *Curinga* parece se enquadrar na categoria de "identidade aldeia", enquanto *O Tempo* enquadra-se na categoria de "identidade planeta", ainda que veiculem matérias sobre o local (o que permite o enquadramento também em "identidade aldeia"), mas sob uma perspectiva mais generalista, não de maior identificação, como percebemos no produto laboratorial. Ainda de acordo com as classificações de Charaudeau, a seleção do que a mídia escolhe retratar se baseia na configuração de acontecimento seguindo critérios internos (de acordo com princípios de saliência do próprio veículo) e externos. No caso analisado, então, o rompimento das barragens surge como acontecimento externo, sendo classificado como "acontecimento-acidente" (CHARAUDEAU, 2015, p. 138), já que tem o caráter inesperado de factualidade.

Apresentação do corpus e análise

Criado em 1996, *O Tempo* é o principal concorrente do *Estado de Minas*, jornal mineiro mais tradicional, já ultrapassando o rival em número médio de circulação[6]. Integrante do grupo Sempre Editora, que controla os jornais *Super Notícia*, *Pampulha*,

[6] De acordo com dados da Associação Nacional de Jornais, no biênio 2014-2015, *O Tempo* alcançou a marca de 60.055 jornais em circulação, contra 48.695 do *Estado de Minas*

O Tempo Betim e *O Tempo Contagem*, o jornal conta com oito cadernos fixos, além dos suplementares no decorrer da semana.

Já a revista *Curinga* foi criada em 2011 e é produzido por estudantes do sétimo período do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), como produto da disciplina Laboratório de Impresso II. A revista tem distribuição gratuita na região de Ouro Preto/Mariana, na região central de Minas Gerais, além de disponibilização de todo o conteúdo online gratuitamente.

Para a análise deste artigo, escolhemos uma reportagem de cada veículo. Sob o *corpus* dos cadernos especiais (*Um adeus ao rio doce*, do jornal *O Tempo*, e *16 – Edição Especia*l, da revista *Curinga*), escolhemos aquelas reportagens que mais se aproximam na temática, para fazer uma comparação analítica mais verossímil.

A reportagem "*Cicatriz aberta*" (p. 30 a 33), da revista *Curinga*, faz um resgate histórico sobre os rompimentos de barragens no estado de Minas Gerais. O texto inicia com dados do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) sobre número de barragens no estado e, logo em seguida, parte para a atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens (Mab), que se configura como a principal fonte que embasa a reportagem. Além dela, também são entrevistados um morador de Itabirito, atingido por um rompimento de barragem, e o coordenador da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMPDEC) de Miraí, que comentou sobre a tragédia na cidade, em 2007, finalizando com uma cobrança em relação à fiscalização das barragens, para evitar que tragédias como essas voltem a ocorrer.

A matéria se divide em três subtítulos que levam os nomes das cidades onde ocorreram as tragédias anteriores, seguida de um mapa ilustrativo que indica a localização das cidades, incluindo Mariana, em Minas Gerais. Além do texto, duas fotos também constituem a reportagem: uma do rompimento da barragem de Fundão, de Mariana, que abre a matéria em uma página inteira, e a de Herculano, que atingiu o rio e município de Itabirito.

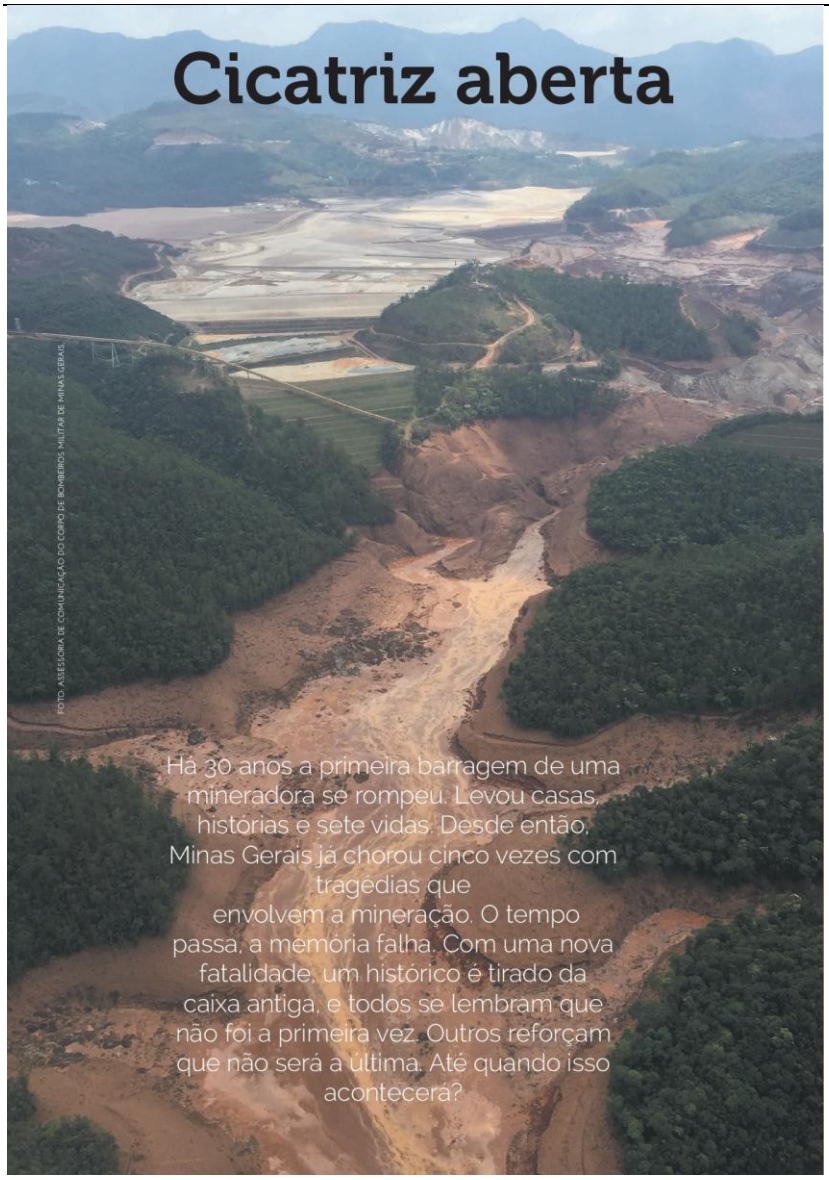


Figura 1 Primeira página da reportagem "Cicatriz aberta", com foto da barragem de Fundão

Já a matéria "*Por que não há aprendizado*" (p. 14), do jornal *O Tempo*, considera o rompimento de barragens como um problema recorrente no estado de Minas Gerais, apresentando as outras catástrofes, tendo a tragédia de Mariana como um alerta máximo para que desastres como esses parem de ocorrer. Para embasar os dados e opiniões, o jornal traz a fala de três professores e pesquisadores universitários, das Universidades Federais de Ouro Preto e de Minas Gerais. Em comum, os entrevistados creditam as recorrentes tragédias a falhas nas fiscalizações, a partir do licenciamento ambiental a consultorias contratadas, que visam atender o interesse das mineradoras, "deixando de lado" as questões ambientais e sociais.

Além das explicações e opiniões dos especialistas, a reportagem traz um infográfico, em forma de linha do tempo vertical, com informações sobre os outros

rompimentos de barragens em Itabirito, Rio Acima, Nova Lima, Cataguases e Miraí, e suas consequências mais graves, como número de mortes e destruição ambiental em leitos de rios. A foto que ilustra a matéria, no entanto, é da comunidade de Gesteira, atingida pelo rompimento da barragem de Fundão, apesar de não citar tal acontecimento no corpo do texto.

Comunidade de Gesteira foi uma das afetadas pela lama da barragem

POR QUE NÃO HÁ APRENDIZADO

Ao menos seis grandes tragédias foram registradas em Minas nos últimos anos, mas problemas em licenciamentos, fiscalização e monitoramento continuam. Para especialistas, os processos são viciados, e os rompimentos de barragens, inevitáveis

■ LUIZA MUZZI

Apesar de provocar danos de proporções nunca antes vistas na história ambiental do país, a tragédia de Mariana deixou muita gente com uma estranha sensação de déjà vu, como se aquelas cenas de destruição remetessem a um filme antigo, já visto repetidas vezes. Mas não por acaso, Minas Gerais tem um histórico recente de catástrofes na área da mineração: 1986, 1997, 2001, 2003, 2006/2007, 2014 – em todos esses anos houve rompimentos de barragens que resultaram em devastação. Diante de um novo desastre, porém, fica a dúvida: por que, mesmo com várias oportunidades, ainda não conseguimos tirar lições de erros que insistem em se repetir?

"Isso não pode mais acontecer. Chegamos ao limite", avalia o doutor em engenharia mineral Valdir Costa e Silva, professor da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop). Para o especialista, faltam fiscalizações mais efetivas dos órgãos responsáveis, legislações mais rígidas na área geotécnica e um programa de monitoramento contínuo de barragens, inclusive com utilização de sismógrafos para avaliar a influência das detonações realizadas próximo às estruturas de rejeitos.

"Acidentes como esses não teriam acontecido se houvesse uma qualificação maior da equipe que atua para autorizar a lavra das minerações. O problema é que a própria mineradora é quem emite o laudo, dizendo que tomou as providências de segurança", pondera Silva. Para o professor, o grande gargalo está depois de a autorização ambiental ser concedida. "Não podemos relaxar. Precisamos de auditorias contínuas, no mínimo anuais, para cada localidade".

Pesquisador do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o professor Klemens Laschefski concorda com a necessidade de mais fiscalização, mas ressalta os entraves na condução do próprio licenciamento ambiental. "Temos alguns vícios no processo, que começa com a dependência dos consultores em relação ao empreendedor. A empresa paga a consultoria, que deve resultar no estudo de viabilidade ambiental do empreendimento, então, obviamente, qualquer consultor vai comprovar a viabilidade. O resultado é que a empresa tem grande influência, porque determina o conteúdo desses estudos, que, via de regra, são muito malfeitos", explica Laschefski, destacando que, na prática, o lado econômico é o que sempre prevalece. "As questões ambiental e social podem atrapalhar a perspectiva de gerar lucro, por isso ficam em segundo plano e são tratadas de forma equivocada".

Embora ainda não haja uma sentença que aponte o real erro que ocasionou o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, o professor Carlos Martinez, coordenador do Centro de Pesquisas Hidráulicas e Recursos Hídricos da UFMG, explica que o rompimento de barragens é inevitável. Segundo ele, existem formas de se trabalhar na estabilidade das estruturas, prolongando sua vida, mas, cedo ou tarde, elas irão se romper. "A gente sabe que vai acontecer. É como a morte. O problema é quando e como. Existem formas de se prolongar a vida dessas estruturas até que elas sejam substituídas, e a engenharia tem como prever. Precisamos, agora, aprender com esse erro, aprimorando nossos processos de construção e de monitoramento de barragens", diz Martinez.

> "A maioria dos acidentes não gerou consequências graves para as empresas, mas pequenas cobranças, insuficientes para que mudassem seu comportamento de negligência."
>
> **Klemens Laschefski**
> Professor da UFMG

EDITORIA DE ARTE / O TEMPO

MANCHA NA HISTÓRIA DE MG

Veja outras ocorrências de rompimento de barragens

1986 — Itabirito
Sete pessoas morreram em Itabirito, na região Central, com o rompimento da barragem de rejeitos da mina de Fernandinho

1997 — Itabirito e Rio Acima
Para evitar que a barragem do Rio das Pedras, em Itabirito, se rompesse por causa de uma cheia, foi feita uma abertura controlada das comportas. A água, porém, provocou 82 km de destruição ao longo do rio das Velhas, principalmente em Rio Acima, na região metropolitana de BH

2001 — Nova Lima
Cinco operários morreram no rompimento da barragem da Mineração Rio Verde, em junho, no distrito de São Sebastião das Águas Claras, em Nova Lima, na região metropolitana de BH. A onda de lama atingiu 43 hectares de Mata Atlântica e assoreou os córregos Taquaras e Fechos

2003 — Cataguases
O rompimento da barragem de um dos reservatórios da Indústria Cataguases de Papel, em Cataguases, na Zona da Mata, liberou 1,4 bilhão de litros de lixívia (sobra industrial da produção de celulose). A onda atingiu o rio Pomba e causou mortandade de peixes, interrupção do abastecimento de água a 600 mil pessoas e danos a municípios de MG, RJ e SP. Foi depois disso que a Fundação Estadual de Meio Ambiente (Feam) começou a fiscalizar as barragens em Minas

2006/2007 — Miraí
Em 2006, parte de uma das placas de conteção de um vertedouro da barragem pertencente à mineradora Rio Pomba Cataguases, em Miraí, na Zona da Mata, cedeu, despejando cerca de 200 mil litros de lama e de argila. O acidente poderia ter sido um alerta, mas acabou em vão. No ano seguinte, a barragem se rompeu, atingindo, com 2 bilhões de litros de lama e água, dezenas de bairros de Miraí e Muriaé, na mesma região. Mais de 4.000 moradores ficaram desalojados, e ao menos 1.200 casas foram atingidas

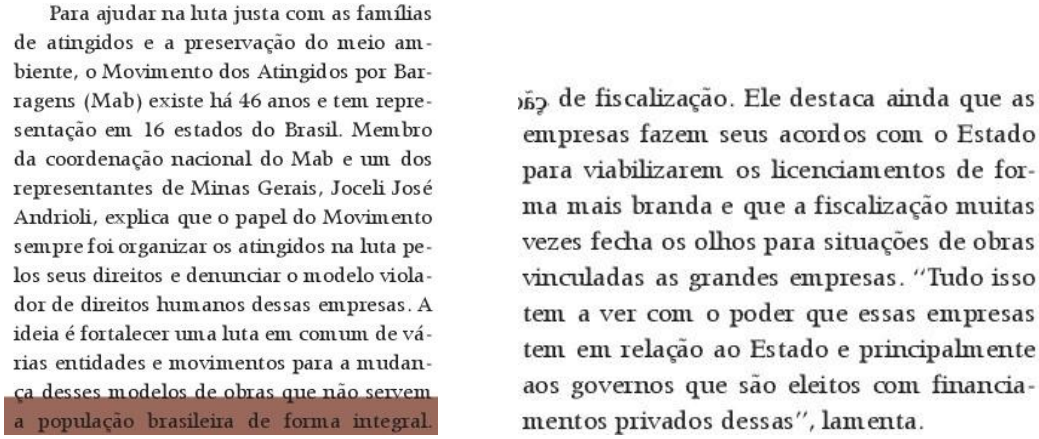
ALEX DE JESUS 11.1.2007

2014 — Itabirito
Três funcionários que trabalhavam na manutenção de uma barragem de rejeitos da Herculano Mineração morreram após seu rompimento

Figura 2 Reportagem "Por que não há aprendizado" critica licenciamentos e fiscalização de barragens

Para a análise, é importante ressaltar, então, os termos axiológicos utilizados, as vozes retratadas e as abordagens narrativas, entendendo que esses são fatores que podem estabelecer ligação com o ponto de vista do veículo ao qual as reportagens se inserem, conforme vimos acima.

A revista *Curinga* enfatiza o número de mortes, personificando o estado de Minas Gerais, que sofre, chora, perde. Questiona até quando tragédias como as retratadas na reportagem irão acontecer, relacionando a memória afetiva, com um tom mais emocional e pessoal ao tema. Tendo o Mab como fonte, a revista trata o assunto dos rompimentos sob a opinião das vítimas, de quem viveu e sofreu com as tragédias, utilizando repetidamente as palavras "luta" e "atingidos", indicando o sofrimento delas e de forma mais incisiva sobre a responsabilidade das empresas e suas relações com o mundo político, que favorecem a construções de barragens que arriscam a segurança das cidades (e dos moradores) onde são instaladas.


Para ajudar na luta justa com as famílias de atingidos e a preservação do meio ambiente, o Movimento dos Atingidos por Barragens (Mab) existe há 46 anos e tem representação em 16 estados do Brasil. Membro da coordenação nacional do Mab e um dos representantes de Minas Gerais, Joceli José Andrioli, explica que o papel do Movimento sempre foi organizar os atingidos na luta pelos seus direitos e denunciar o modelo violador de direitos humanos dessas empresas. A ideia é fortalecer uma luta em comum de várias entidades e movimentos para a mudança desses modelos de obras que não servem a população brasileira de forma integral.

de fiscalização. Ele destaca ainda que as empresas fazem seus acordos com o Estado para viabilizarem os licenciamentos de forma mais branda e que a fiscalização muitas vezes fecha os olhos para situações de obras vinculadas as grandes empresas. "Tudo isso tem a ver com o poder que essas empresas tem em relação ao Estado e principalmente aos governos que são eleitos com financiamentos privados dessas", lamenta.

Figura 3 Reportagem "Cicatriz aberta" aborda os rompimentos sob a opinião das vítimas

Nos outros trechos da reportagem, o foco é sempre na destruição e degradação que as tragédias provocaram nas cidades, sob o olhar das vítimas. Ao final, sob a fala do coordenador da COMPDEC de Miraí, a revista relaciona a incidência dessas tragédias às falhas de fiscalização. No último parágrafo, observa-se a personificação da tragédia, com as empresas no papel de agente patológico. Tal constatação pode ser verificada pelo uso de palavras como "ferida", "sutura", "lápides", "cortes" ao se referir à ação dos rompimentos de barragens sobre as cidades e as respectivas vidas afetadas.

Sebastião acredita que a solução para esses casos diminuírem é os órgãos fiscalizadores apertem mais nas suas vistorias e acompanhamento das manutenções nas barragens. "É muito descaso e falta de manutenção nas barragens. Todo cuidado é pouco quando se trata de vidas", finaliza.

A irresponsabilidade de algumas empresas continua a deixar mais feridas expostas. A sutura tem sido mal feita. Minas carrega consigo 32 lápides. Fica a pergunta: serão preciso mais 30 anos para alguém fechar esse corte?

Figura 4 Revista questiona fiscalização e personifica a tragédia, com termos que remetem ao título

Enquanto a revista Curinga traz depoimentos de vítimas dos rompimentos das barragens retratados na reportagem, o jornal O Tempo apresenta três fontes especializadas para abordar as tragédias do ponto de vista técnico da (falta de) fiscalização, como já observado no "sutiã"[7] da matéria.

Ao menos seis grandes tragédias foram registradas em Minas nos últimos anos, mas problemas em licenciamentos, fiscalização e monitoramento continuam. Para especialistas, os processos são viciados, e os rompimentos de barragens, inevitáveis

Figura 5 Trecho destacado adianta abordagem do jornal

Novamente focando na destruição ambiental do rompimento da barragem de Fundão, a reportagem retoma outras catástrofes que ocorreram no estado e questiona acerca das lições dos erros repetidos. O primeiro especialista credita a culpa à fiscalização de órgãos responsáveis, classificando os acontecimentos como "acidentes", embora questione a mineradora em relação à emissão de laudos técnicos que permitem sua atividade, cobrando auditorias contínuas.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, outro pesquisador é trazido para a matéria para corroborar o argumento da necessidade de fiscalização e licenciamento ambiental. Ele é mais enfático ao delimitar a relação e interesse econômico das mineradoras em conseguir o licenciamento, apontando o descaso "às questões ambientais e sociais". No entanto, também classifica como "acidente", como pode ser observado no olho[8] da matéria.

[7] Na linguagem jornalística, "sutiã" é o trecho explicativo que aparece logo após ao título.
[8] Na linguagem jornalística, "olho" se refere a um trecho da reportagem que é destacado na página.

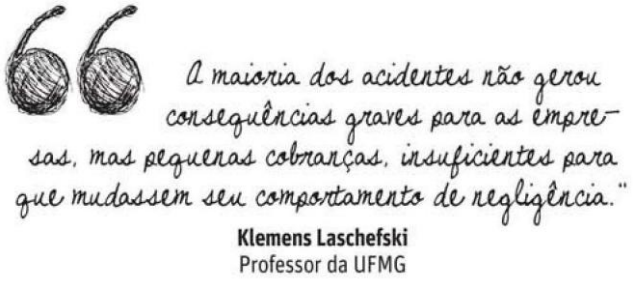


Figura 6 Especialista relembra acidentes com barragens

Por fim, outro professor acredita que "o rompimento de barragens é inevitável", comparando-o à morte, que sempre acontece, numa aparente tentativa de neutralização da tragédia, como sendo comum, rotineira. Trata a tragédia como "erro", abordando o tema sob olhar mais técnico da engenharia. De modo objetivo, a matéria retoma os outros rompimentos mineiros com informações mais básicas de cada acontecimento, com número de mortes e área atingida sob a forma de linha do tempo.

Considerações finais

Apesar de estarem inscritos em condições de produção e finalidades diferentes, ambos os veículos utilizam da mesma técnica para influenciar o leitor e dialogar com ele. A gestão do ponto de vista pode ocorrer de maneira sutil ou mais incisiva, de acordo com a linha editorial e abordagem de cada matéria. Tal situação ocorre a partir do enquadramento dado pelas reportagens e o veículo ao qual se insere.

Com isso, percebemos que as fontes utilizadas demarcam o posicionamento do veículo e a proximidade em relação ao assunto retratado. A revista *Curinga*, ao colocar falas de duas vítimas de rompimentos de barragens, parece buscar aproximação com os atingidos pela tragédia de Mariana, em um processo de identificação, enquanto *O Tempo* dá voz a especialistas que analisam aspectos técnicos das construções das barragens, fazendo relação da tragédia a falhas técnicas e erros de execução da empresa, silenciando, nesse contexto, as vítimas das tragédias consequentes dessas falhas.

É importante ressaltar, também, as palavras escolhidas para representar o acontecimento, já que o uso lexical opera um importante papel na determinação e expressão desse ponto de vista. Tal característica pode ser observada na repetição da palavra "luta" e "atingidos" pela revista *Curinga* e a anaforização da tragédia por meio da palavra "acidente", ainda que relacionando a outros rompimentos de barragens, e não

a de Fundão. Quando *O Tempo* utiliza essa palavra (acidente) na cobertura de outros rompimentos, como causas naturais, parece promover uma comparação causal entre os fatos ali enumerados. Koch e Cortez (2015) denominam tal fenômeno de "encapsulamento", que opera na escolha de tematização, fazendo comparações e relações diretas entre as situações apresentadas, assemelhando-as.

Dessa forma, notou-se a diferença de cobertura entre os jornais, não só pela proximidade física do fato, mas também pela linha editorial de conduzir a narrativa, pelas palavras, termos e enquadramentos utilizados, firmando-se como porta-vozes das histórias envolvidas na tragédia e da dimensão da catástrofe.

1. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2015

CORTEZ, Suzana. **A representação de pontos de vista em reportagens de revista feminina.** In: Emediato, W. A construção da opinião na mídia. Belo Horizonte: NAD, 2013, p. 293 – 316

CURINGA. **16a edição**, 88p. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, Março, 2016.

EMEDIATO, Wander. **A construção da opinião na mídia: argumentação e dimensão argumentativa**. In: Emediato, W. (Org.) A construção da opinião na mídia. Belo Horizonte: NAD, 2013, p. 69 - 103

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; CORTEZ, Suzana Leite. **A construção heterodialógica dos objetos de discurso por formas nominais referenciais.** ReVEL, vol. 13, n. 25, 2015.

MAIA, Rousiley C. M. **Deliberação e mídia**. In: MAIA, R.C.M. (org.). Mídia e deliberação. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008, p. 93-122.

MAZETTI, Henrique. **Mídia e questionamentos do poder: três abordagens teóricas**. In: Mídia e poder. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008, p. 255-273

MORAES, Dênis de. **Agências alternativas em rede e democratização da informação na América Latina.** In: MORAES, D; RAMONET, I; SERRANO, P. Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação. 1º Ed. São Paulo: Boitempo. 2013, p. 103 – 144.

O TEMPO. **Agonia de um rio**. 6.923ª edição, 20p. Belo Horizonte, Novembro, 2015

PORTO, Mauro P. **Enquadramento da mídia e política**. In: Albino, A; Rubim, C, A. (Orgs.) Comunicação e política: conceitos e abordagens. São Paulo: Unesp, 2004, p. 74 – 104

RABATEL, Alain. **O papel do enunciador na construção interacionais dos pontos de vista.** Tradução Wander Emediato. In: EMEDIATO, Wander. (Org.). A construção da opinião na mídia. Belo Horizonte: FALE/UFMG, Núcleo de Análise do Discurso, 2013. p. 19-61.

RAMONET, Ignacio. **Meios de comunicação: um poder a serviço de interesses privados?** In: RAMONET, I. MORAES, D.; SERRANO, P. Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 53 – 70.